

**Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas**

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GET AGENTES CANCERIGENOS

Data: 20 de novembro de 2017.

Local: Confederação Nacional da Saúde – Brasília/DF.

PARTICIPANTES:

Bancada de Governo: Carlos Eduardo Domingues - MTb, Luiz Carlos Lumbreras - MTb, Representante da Previdência (substituta), Thaianne Resende - MMA.

Convidados e assessores da bancada de governo: Ubirani Otero - INCA, Alexandre Mosca - FIOCRUZ.

Bancada de Trabalhadores: Arnaldo Antunes da Silva - FS.

Bancada de Empregadores: Rafael Ernesto - CNI, Danielle Bernardes - CNT, Clovis Queiroz - CNS, Rubens Miranda - CNA.

Ausência Justificada: Patrícia Dias - FUNDACENTRO, Karla – MS.

RELATO:

- 1 Carlos Eduardo iniciou a reunião agradecendo a disponibilização de sala na
- 2 Confederação Nacional de Saúde - CNS e deu boas vindas a todos. Seguiu-se com a
- 3 apresentação dos representantes. Clovis Queiroz deu boas vindas em nome da CNS.
- 4 Carlos Eduardo expos que por ser a 1ª reunião do grupo possivelmente a reunião seria
- 5 realizada apenas em um período. Fez apresentação sobre a forma do trabalho tripartite
- 6 do Ministério do Trabalho (MTb) e qual foi a proposta de criação deste grupo. O Grupo
- 7 de Estudo Tripartite - GET tem por objetivo aprofundar a discussão sobre o câncer
- 8 relacionado ao trabalho e as legislações existentes. Citou que, segundo estudo do
- 9 Instituto Nacional de Câncer - INCA, estão previstos 600 mil casos novos de câncer por
- 10 ano, sendo que de 4% a 8% são relacionados ao trabalho. No Brasil, seriam 30 mil casos
- 11 por ano. Um princípio que devemos seguir é que não há limite seguro para agentes
- 12 cancerígenos. A respeito da legislação, na Convenção 139 (Prevenção e o controle de
- 13 riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos) da OIT,
- 14 qualquer substância cancerígena deve ser substituída quando isso for possível. A
- 15 legislação do MTb sobre o assunto inclui os Anexos 12 e 13 da NR15 e Portaria
- 16 Interministerial nº 09/14, que publicou a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para
- 17 Humanos (LINACH). Carlos Eduardo explicou que fez essa apresentação em reunião da
- 18 Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP/MTb) e propôs a criação de um Grupo

Técnico (GT), apenas governo, para elaborar proposta de texto, mas a comissão decidiu criar antes um Grupo de Estudo Tripartite (GET) para iniciar as discussões com as demais bancadas. Expos que a bancada de governo não tem uma proposta, o texto será elaborado no GET. Apresentou alguns conceitos básicos para reflexão, iniciando pela definição dos termos a serem utilizados, por exemplo, avaliar se será usado o termo carcinogênico ou cancerígeno. O escopo será o controle da exposição ocupacional aos agentes químicos carcinogênicos e acompanhamento dos trabalhadores expostos. Avaliar também quais limites/valores serão usados, por exemplo, no Limite de Exposição Ocupacional (LEO) e Valor de Referência Tecnológico (VRT), concentração aceitável ou tolerável. Analisar a legislação internacional, pensar em formas de reavaliação rotineira de agentes, interface com outras legislações. O que não fará parte da discussão será concessão de benefício previdenciário e adicional de insalubridade e/ou periculosidade. Carlos Eduardo destacou que uma Norma Regulamentadora (NR) tem efeito apenas sobre o trabalho formal, apesar de reconhecer que o trabalhador informal pode ser exposto tanto ou mais que o trabalhador formal.

Alexandre Mosca informou que na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) há um grupo que discute o tema.

Carlos Eduardo esclareceu que o INCA e a FIOCRUZ são assessores da bancada de governo e que as demais bancadas também poderão trazer seus assessores.

Clovis Queiroz citou que quando esse tema foi colocado na CTPP, e o GET criado, houve uma preocupação da bancada de empregadores com o prazo, pois há a necessidade de tempo para análise, o qual não poderá ser muito curto. Disse que, para a 1ª reunião, não houve tempo hábil para reunir com as bancadas, pois o assunto é técnico e precisam de assessores. Carlos Eduardo esclareceu que o GET não tem prazo fixo, o tempo vai ser estabelecido de acordo com a evolução das discussões. Uma das decisões a serem tomadas é como deverão ser as discussões, talvez não deva ser por agentes. Ubirani Otero disse que quando é feito corte por agentes, delimita-se as atividades e deve-se pensar em algo mais amplo, talvez mencionar apenas alguns agentes. Rubens sugeriu pensar em classes, mas antes é necessário harmonizar as definições. Solicitou que seja enviada uma proposta para todos analisarem e discutirem na próxima reunião. Rafael Ernesto solicitou reflexão sobre a concessão de benefícios, insalubridade e periculosidade, as discussões terão reflexo na previdência. A bancada de empregadores não quer discutir benefícios, mas a discussão vai permear por isso. É necessário avaliar o ambiente de trabalho, separar a produção do comércio e ambiente doméstico, discutir a questão técnica mais que a ideológica. De acordo com os dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a maior parte dos casos de câncer relacionado ao trabalho está em determinadas atividades, regiões ou empresas. Alexandre Mosca citou que qualquer alteração na LINACH vai afetar o texto a ser trabalhado, que deveria iniciar pelos agentes já banidos no mundo que não são por questão tecnológica. Carlos Eduardo ressaltou que não tem como fugir da associação com a previdência, mas que o foco é a segurança e saúde no trabalho. Há no Ministério a Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz/MTb), mas que atua apenas nas áreas de petróleo e siderurgia. É preciso avaliar como atualizaremos a legislação frente a outras discussões, como o

CAREX (Carcinogen Exposure). Rubens sugeriu focar no estudo primeiramente e identificar os agentes que mais contribuem com a estatística. Ubirani Otero disse que o INCA possui trabalhos publicados que podem ajudar. Luiz Carlos Lumbreras expos que o GET irá balizar a discussão do GT, o tema poderá ser uma NR ou um Anexo, ou apenas fazer atualizações em legislações, e é possível definirmos requisitos gerais e detalhar apenas alguns agentes. Representante da Previdência disse que é possível levantar alguns dados para subsidiar o estudo, mas entende que a discussão não é sobre benefício. Rafael Ernesto colocou os centros de estudo do SESI à disposição. Arnaldo relatou o histórico de câncer na região de Catalão/GO, que, após uma pesquisa, os números estavam na média nacional, mas a preocupação se manteve. No GET, visualizou a oportunidade de contribuir para que o trabalhador tenha um local seguro para trabalhar. Alexandre Mosca ressaltou que é preciso pensar nas substâncias importadas também, em estudo foi verificada a concentração de até 50% de benzeno em tintas importadas. Thaianne comentou sobre o Projeto de Lei de Substâncias Químicas que está sendo elaborado pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA). A proposta é que haverá um cadastro com avaliação de substâncias químicas. O cadastro poderá contribuir nessa discussão. Informou que o MMA também está trabalhando em um normativo que restringirá substâncias perigosas em equipamentos eletrônicos e que possui cooperação com outros países. Carlos Eduardo disse que o PL definirá um comitê técnico, que poderá servir como exemplo para o GET. Thaianne citou que o comitê será formado pelos órgãos federais responsáveis pelos setores de meio ambiente, saúde, trabalho e indústria. Carlos Eduardo enfatizou que a presença do MMA no GET é essencial. Luiz Carlos Lumbreras sugeriu que os órgãos façam apresentações na próxima reunião.

Carlos Eduardo apresentou o modelo da legislação alemã e a NR9 (PPRA). Sugeriu aproveitar os dados. Rafael Ernesto solicitou reflexão sobre a gestão de risco potencializando as ferramentas e Alexandre Mosca sobre a formação do profissional que fará avaliação da substância. Luiz Carlos Lumbreras lembrou que as ferramentas de análise de risco não estão bem fundamentadas nas NRs. Carlos Eduardo solicitou que os representantes tragam propostas. Rubens citou que deixar o termo “risco baixo” em uma NR é preocupante. Carlos Eduardo esclareceu que isso já é calculado em toda a vida laboral, mas que podem haver mudanças no decorrer dos anos. Carlos Eduardo sugeriu discutir as definições por email, e para a próxima reunião propor um método. Ubirani Otero disse que fará uma compilação de termos e enviará para todos. Solicitou que os representantes repassem seus endereços para envio de livro do MS sobre Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho.

Cronograma de reuniões para 2018

- 07/03 – Brasília – 10hs às 17hs;

- 06/06;

- 05/09.

A pauta da próxima reunião será apresentações do MS (CAREX), MMA e Previdência.

Clovis Queiroz apresentou a assessora de comunicação da CNS que registrou o evento.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GET AGENTES CANCERIGENOS

104 Carlos Eduardo agradeceu a CNS pela disponibilidade, a presença de todos e encerrou a
105 reunião.